

**5ª Oficina de Ensino de História: Construindo Espaços de Interlocação.
Eixos Temáticos no Ensino de História**

Ficha de Inscrição

I-Nome: Patrícia Cerqueira dos Santos.

IV-E-mail: pcpatriciacerqueira@ig.com.br

V-Escola: E.E. Prof. Samuel Morse

VI-Série: 6ª série – Ensino Fundamental

VII-Diretoria de Ensino: Sul 2

VIII-Tema: *O ensino de história por eixos temáticos a partir do livro didático.*

IX-Eixo Temático: *Encontros e desencontros em outros tempos e espaços.*

X-Assunto a ser trabalhado em cada bimestre: As grandes Navegações (em busca do paraíso; a aventura das navegações); O Desencontro entre Culturas (os indígenas do Brasil atual; conflito, dominação e resistência; encontros e desencontros em outros tempos e espaços: Incas e Astecas); A construção da sociedade colonial (ocupar, dominar e colonizar; fragmentos da vida colonial no Brasil); O Império (a independência do Brasil; o primeiro reinado; período regencial; o segundo reinado; do trabalho escravo ao trabalho livre; a crise da monarquia); Trabalho e Resistência (O que ser escravo? O que ser livre? As resistências à escravidão).

XI-Conceitos a serem trabalhados: Descobrimento, Colonização, Dominação, Resistência, Cultura, Etnocentrismo.

XII-Material Utilizado: Livro didático - História temática: diversidade cultural e conflitos, 6ª série/Montellato, Cabrini e Catelli. São Paulo: Scipione, 2002. –(Coleção História temática).

5ª Oficinas de História – Construindo Espaços de Interlocução

***Profa. Patrícia Cerqueira dos Santos
EE Prof. Samuel Morse
Sul 2***

O ensino de história por eixos temáticos tendo o livro didático como subsídio: onde começam as questões?

O livro didático é um instrumento ímpar. Destina-se a um público específico, com qualidades determinadas, e deve ser adequado ao nível deste. Mais do que meramente informático, ele deve ser formativo. Seus signos são de uma qualidade à parte, com uma lógica própria de organização.¹

O *ensino de história por eixo temático* ainda é um grande nó na vida dos professores na rede pública estadual, no ensino fundamental e médio. As questões começam na elaboração dos planos de ensino e se alargam no cotidiano da sala de aula. E apontam para a formação inicial e contínua do professor como uma das dimensões na problemática da educação na atualidade. Apesar de oficialmente ter sido implantada na rede através da CENP (Coordenadoria de Ensino e Normas Pedagógicas do Estado de São Paulo) em 1992 e reafirmada com os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), implantados pelo MEC (Ministério da Educação) em 1998, percebemos em uma breve apreciação dos planos de ensino e de curso anualmente elaborados pelos docentes da rede, que ainda não entendemos o que estamos “recebendo” como propostas e/ou orientações.

Lembremos que toda “proposta” ou “orientação” não tem como princípio ou objetivo o enquadramento de professores e escolas. Entretanto não se pode negligenciar a existência de tais documentos e tão pouco utilizá-los sem conhecê-los e discuti-los com o coletivo da escola. Podemos percebê-los como subsídios que auxiliam para na elaboração de planos de ensino, de curso, de aulas ou propostas pedagógicas, etc. Em uma sondagem realizada com alguns professores da Diretoria de Ensino Sul 2, constatamos que sobre os documentos oficiais há pouco conhecimento e utilização dos mesmos. Ora por falta de interesse, ora por nem sequer ter ouvido falar dos textos, os educadores perdem a oportunidade de conhecerem o que os “documentos oficiais” podem trazer de possibilidades de avanço no trabalho docente. Em outros momentos percebemos que se trata apenas de “desconfiança” e até “descaso” com o que é produzido pelos órgãos governamentais. Ainda que quantitativamente a sondagem possa não representar muito frente ao número de professores de História, na Diretoria de Ensino é de cerca de 500 profissionais, ela poderá se ampliar e transformar em um estudo que apontem para ações que poderá trazer bons resultados.

¹ ZAMBONI, Ernesta. Prefácio. In: História temática: diversidade cultural e conflitos, 6ª série/Montellato, Cabrini e Catelli. São Paulo: Scipione, 2002. –(Coleção História temática).

A iniciativa para apresentar esta experiência surgiu da necessidade de compreender as ações que norteiam a própria prática docente. Lecionando na escola pública há 15 anos, foi no corrente ano que pela primeira vez lecionei para 6ª série do ensino fundamental, utilizando livro didático. Neste trabalho, escolhi relatar as dúvidas e questionamentos que surgiram a partir desse trabalho. Assumi as turmas no segundo semestre deste ano. São duas turmas, uma com 40 alunos e outra com 36 alunos, frequentes, com idades que variam de 12 a 17 anos. Encontramo-nos três vezes por semana. Entre as novidades estava a de utilizar um livro didático, que ficam com os alunos, que o levam para casa e trazem para a escola no dia da aula - pelo menos em tese. O livro utilizado é *História temática: diversidade cultural e conflitos. 6ª série/Montellato, Cabrini e Catelli. São Paulo: Scipione, 2002. –(Coleção História temática).*

Com o Plano de Curso em mãos, percebi que o livro didático foi utilizado como definidor de grande parte dos conteúdos a serem trabalhados anualmente. Curiosamente, na elaboração do plano de ensino, os conteúdos foram divididos por itens e não bimestralmente. Na verdade, os “itens” eram os capítulos das unidades tal como dispostas no livro. Inicialmente, não parecia ser problemática tal seleção, uma vez que o livro didático na prática é o material mais acessível, que subsidia professores e alunos em suas atividades escolares. Aliás, o livro foi aprovado pelo MEC, o que já atribuiu qualidade ao mesmo. O prefácio escrito por Ernesta Zamboni o enaltecia dizendo que “... na crise atualmente em curso, no universo dos livros didáticos, esta coleção é, sem dúvida, uma ótima exceção!” trazendo ainda mais confiabilidade, uma vez que a educadora, em parceria com a também educadora Kátia Abud, foi responsável pela elaboração da Proposta Curricular de História para o Estado de São Paulo, em 1992.

No Plano de Curso em análise os “itens” a serem trabalhados foram assim apresentados:

- I – As grandes Navegações (em busca do paraíso; a aventura das navegações);**
- II – O Desencontro entre Culturas (os indígenas do Brasil atual; conflito, dominação e resistência; encontros e desencontros em outros tempos e espaços: Incas e Astecas);**
- III - A construção da sociedade colonial (ocupar, dominar e colonizar; fragmentos da vida colonial no Brasil);**
- IV - O Império (a independência do Brasil; o primeiro reinado; período regencial; o segundo reinado; do trabalho escravo ao trabalho livre; a crise da monarquia);**
- V - Trabalho e Resistência (O que ser escravo? O que ser livre? As resistências à escravidão).**

Uma observação citada logo após a descrição dos “itens” despertou minha atenção:

OBS: O item V será trabalhado no mês de Novembro em função do dia 20 de novembro Dia Nacional da Consciência Negra. Pois a unidade 4 do livro didático é uma boa fonte de informações para várias formas de escravidão, discriminação e resistência, dando conta de uma ampla visão social do tema².

Se aquela formatação do plano de ensino já estava difícil de entender, o motivo pelo qual se optou por estudar a temática de “Trabalho e Resistência” só após os estudos sobre o Primeiro e o Segundo Reinado no Brasil, tornava-se ainda menos compreensível.

² Magalhães, Juliana. Torres, Francisco. Mendonça, Joselita. Plano de Ensino de História para 6ª série do Ensino Fundamental. EE Professor Samuel Morse. Diretoria de Ensino Sul 2. São Paulo. Fevereiro de 2007.

Surgiram algumas questões:

1-Por que estudar “I e II Império”? E se estavam seguindo o manual didático, os autores não propõem o estudo deste tema nesta série.

2- Escravidão, trabalho e resistência são categorias de análise que poderiam ser desenvolvidas a partir do eixo temático “A construção da sociedade colonial”?.

3- Em especial, sobre a Lei 10.639/03, que decorre sobre o Ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira por que trabalhar a História e a Cultura Africana a partir da escravidão e a História e a Cultura Afro-brasileira em função do dia “Da Consciência Negra”?

4- A utilização de outros meios de comunicação como jornais, revistas, internet e outros livros, ainda que manuais didáticos, não contribuiriam para a elaboração. Entrevistas com os alunos e seus familiares, professores e funcionários sobre o que conhecem do assunto não ampliariam mais a “visão social do tema”?

5-Onde “entra” a utilização dos documentos oficiais, tais como Proposta Curricular, PCNs e outros?

Tais questões permaneceram e era necessário seguir adiante com o trabalho em sala de aula.

O uso do livro em sala de aula

Minha experiência na utilização do livro em sala de aula com os alunos começou em agosto de 2007, trabalhando na unidade 2 - “**O Desencontro entre Culturas**” - a partir do capítulo 6, intitulado “**Encontros e desencontros em outros tempos e espaços**”.

Outras indagações emergiram quando deparei com o texto introdutório produzido pelos autores do livro didático e as atividades iniciais sobre o tema em discussão. Com uma linguagem aparentemente acessível, o texto trazia explicações sobre diferentes “**modos de vida**”, **diversidade cultural, dominação e resistência, e etnocentrismo**. Optei em fazer uma leitura em conjunto com os alunos. Em seguida, procuramos no dicionário as palavras com significados desconhecidos, conversamos um pouco sobre “**respeito**” e “**tolerância**”.

Passamos para o exercício proposto “**refletindo sobre o tema**”, a partir de um texto jornalístico sobre a chegada do homem a Marte³ e uma imagem do astronauta norte-americano Neil Armstrong, da Missão Apolo 11 em 1969, retomava-se a discussão sobre “**descobrimento**” e “**colonização**”. Inicialmente não consegui entender a lógica da associação, já que no texto introdutório fui levada a pensar em certa continuidade de tempo – conta do século XVI – o tempo dos descobrimentos – antes e depois da página do exercício. Ainda que a ordem tenha causado estranhamento, não me senti capacitada a mudar o roteiro.

Realizamos a atividade proposta e neste momento único - vamos assim dizer, em função das muitas atividades já propostas pelos autores em todo o capítulo - achei oportuno sugerir uma pesquisa, com o objetivo de aproximá-los do tempo mais presente. Perguntei aos alunos sobre o que eles sabiam da ida do astronauta Marcos Pontes à Lua? Alguns tinham ouvido falar através da TV. Solicitei aos alunos que pesquisassem a biografia do astronauta brasileiro e sua trajetória até a viagem. Os alunos trouxeram as

³ Mourão, Ronaldo Rogério de Freitas. Folha de São Paulo, 7 de dezembro de 1997. Mais! , p. 5-16. In: História temática: diversidade cultural e conflitos, 6ª série/Montellato, Cabrini e Catelli. São Paulo: Scipione, 2002. -(Coleção História temática).

informações colhidas de diversas fontes (Internet, jornais e revistas). Um aluno, que não encontrou material impresso sobre o assunto, resolveu escrever o que ele lembrava depois de assistir ao programa do Gilberto Barros, pela Rede de TV Bandeirantes. A partir dos materiais que eles trouxeram, divididos em grupos, discutiram, anotaram e responderam as questões apresentadas no livro sobre o astronauta americano.

Imaginei que ao propor tal pesquisa, tinha ultrapassado os limites das propostas de atividades do livro didático, fugido um pouco da rotina e até mesmo contribuído para que os alunos tivessem conhecimento sobre um evento mais próximo da “realidade deles”.

Depois percebi que contribui para ampliação da falta de conexão entre conteúdos, informações, textos e imagens. O astronauta Marcos Pontes não foi para a Lua e sim para o espaço. Depois de 8 anos de treinamento, Marcos Pontes, representou o Brasil em uma Estação Espacial Internacional. E, a missão norte-americana à Lua, fraude total ou propaganda para demonstrar seu poderio militar frente à União-Soviética na época da Guerra Fria? O fato apresentado é que o astronauta Armstrong, foi o primeiro homem a pisar na Lua, em 20 de julho de 1969. Podemos ainda refletir sobre a(s) concepção(s) de descoberta com as quais estamos trabalhando. Antes da ida do astronauta americano à Lua, foram realizados vários estudos via telescópio, e robôs foram enviados para missões informativas. Como responder então, a questão colocada: “Você acha que Neil Armstrong descobriu a Lua?”. Por mais que a resposta seja subjetiva, cabem a nós professores contribuir para que ao elaborá-la, o aluno possa ter bases mais sólidas de análise e de compreensão do conhecimento histórico. Mas o livro não oferece.

A multiplicidade de versões sobre os “Descobrimientos” na época das Grandes Navegações já não são substancialmente ricas? Este “ir” e “vim” em “outros tempos e espaços” são realmente necessários e úteis como estratégias didático/pedagógicas na idéia de aproximar o aluno de diferentes tempos históricos? Como trabalhar com diferentes noções de tempo sem que façamos esvaziamentos do passado ou premonições futuristas (o texto sobre “as condições para a vida” em Marte, por exemplo)? O tema “Encontros e desencontros em outros tempos e espaços” já não teria sido contemplado com a abordagem sobre a Colonização espanhola e portuguesa na América e Indonésia, tendo como exemplos de povos “colonizados”, os Incas, Astecas e Timorenses? Será que esta história, bem como os elementos de seu “modo de vida”, estratégias de resistência, sugeridas nas páginas seguintes, não é suficiente?

Acredito que o livro didático é uma ferramenta de trabalho que não pode ser descartada, principalmente quando trabalhamos com as classes trabalhadoras, onde o livro didático pode ser a única fonte de pesquisa para a família. E com uma estrutura escolar cada vez mais complicada para o desenvolvimento do trabalho pedagógico o livro didático precisa ser mais compreensível para professores e alunos.

A experiência e a luta por uma formação contínua e qualitativa do profissional de história contribuem para a melhoria desta situação de incompreensões da produção historiográfica, do conhecimento histórico-metodológico sobre a disciplina com a qual trabalhamos. Insisto que com esta pluralidade de concepções sobre o conhecimento histórico, associada a tantas outras demandas, tais como, condições inadequadas de trabalho, excesso de alunos, diferentes turmas e programas de ensino, a formação do professor precisa estar sempre na pauta das discussões governamentais, acadêmicas, escolares, na sociedade em geral.

O Prof. Dr. Holien Gonçalves Bezerra, consultor do MEC na elaboração das “Orientações Curriculares para Ensino Médio”, na disciplina de História, apresenta algumas considerações sobre o Ensino de História e os documentos oficiais, nos quais, fundamentam-se a utilização de “eixos temáticos”, pertinentes nesta abordagem. Bezerra argumenta que

... Não há História ou Ensino-aprendizagem de História sem o embasamento fundamental da disciplina, ou seja, os conceitos consensualmente elaborados pelos historiadores. Não se trata de trabalhar conceitos em sala de aula, mas sim, tê-los introjetados pelo professor ao escolher e ordenar seus planos de curso e de aulas⁴.

Compartilho da afirmação de Bezerra, que independente dos temas, assuntos, ordenamentos de seus programas em sala de aula, a História como ciência, tem suas especificidades que devem ser trabalhadas competentemente pelos profissionais do magistério em História.

O professor precisa ter mais apoio, ter mais oportunidades, e aproveitá-las para continuar aprendendo a aprimorar seus conhecimentos, para que possa agir diante das armadilhas que nos são constantemente colocadas. Até mesmo quando um livro didático parece ser a exceção.

⁴ Bezerra, Holien Gonçalves. Programa Saltos para o futuro. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <pcpatriciacerqueira@ig.com.br> 23 de agosto de 2007.